

Deutsche
Sparkassen
Leasing do Brasil -
Banco Múltiplo S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2022 a Instituição continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, ilustrado através do aumento e diversificação significativos na carteira de arrendamento e início de operação de novos produtos, como foi o caso dos financiamentos via repasse de FINAME a partir do primeiro semestre de 2022. A carteira apresentou montante de R\$ 535 milhões com 937 contratos ativos, ante R\$ 373 milhões e 859 contratos ativos no mesmo período de 2021.

Principais indicadores para a data-base 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais mil):

	2022	2021
Ativos Totais	595.391	441.652
Carteira de Crédito	535.391	373.455
Resultado do Exercício	3.128	579
Patrimônio Líquido	80.555	77.427
Índice de Basiléia II	13,17%	18,30%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 29 de março de 2023.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-6 'F' SP


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	17.651	11.377	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		463.231	300.978
Instrumentos financeiros - ativos		529.343	376.529	Depósitos Interfinanceiros	11	179.251	49.121
Carteira de crédito		528.346	365.698	Obrigações por empréstimos	12	278.950	235.489
Operações de arrendamento mercantil	6a	301.603	297.209	Instrumentos Financeiros Derivativos	5b	579	254
Operações de crédito	6a	233.788	76.246	Outros passivos financeiros	13	4.451	16.114
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(7.045)	(7.757)	Passivos fiscais	16b	48.156	60.688
Outros ativos financeiros	8	997	10.831	Passivos tributários correntes		14.888	10.294
Ativos fiscais	16a	48.083	53.283	Obrigações fiscais diferidas		33.268	50.394
Ativos tributários correntes		5.427	4.391	Outros passivos	14	3.449	2.559
Ativos fiscais diferidos		42.656	48.892	Patrimônio líquido	15	80.555	77.427
Imobilizado de Uso	9	108	168	Capital social		64.247	64.247
Bens de uso próprio		696	696	Reservas de Lucros		16.308	13.180
Depreciações acumuladas		(588)	(528)				
Outros ativos	10	206	295				
Total do ativo		<u>595.391</u>	<u>441.652</u>	Total do passivo e Patrimônio líquido		<u>595.391</u>	<u>441.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

		2022		2021
	Nota	2.o Semestre		
Receitas da intermediação financeira		31.208	44.950	35.729
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	31.197	44.926	35.694
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	18b	11	24	35
Despesas de intermediação financeira		(21.916)	(27.140)	(16.305)
Despesa de Captação	18c	(24.390)	(29.342)	(16.051)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	18d	2.474	2.202	(254)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.292	17.810	19.424
Provisões		(38)	(699)	(5.260)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	(38)	(699)	(5.260)
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.690)	(11.238)	(11.810)
Receita de prestação de serviços	18e	1.777	3.805	3.438
Despesa com pessoal	18f	(5.776)	(11.760)	(9.443)
Outras despesas administrativas	18g	(3.586)	(6.418)	(4.695)
Despesas tributárias	18h	(1.951)	(5.031)	(5.936)
Outras despesas operacionais		(303)	(418)	(288)
Outras receitas operacionais	18i	7.149	8.584	5.114
Resultado operacional		6.564	5.873	2.354
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		6.564	5.873	2.354
Tributos sobre o lucro		(3.091)	(2.745)	(1.775)
Imposto de renda	16c	(3.991)	(7.576)	(3.340)
Contribuição social	16c	(3.506)	(6.059)	(3.364)
Imposto de renda passivo diferido	16c	7.295	17.126	4.980
Ativo fiscal diferido	16c	(2.889)	(6.236)	(51)
Lucro líquido do semestre/exercícios		3.473	3.128	579
Número de ações	15	64.246.986	64.246.986	64.246.986
Lucro por ação		0,05406	0,04869	0,00901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado líquido do semestre/exercícios	3.473	3.128	579
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	-	-	-
Resultado abrangente	<u>3.473</u>	<u>3.128</u>	<u>579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2020	64.247	630	11.971	-	76.848
Lucro líquido do exercício	-	-	-	579	579
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	29	-	(29)	-
Reserva de lucros	-	-	550	(550)	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	64.247	659	12.521	-	77.427
Saldos em 31 de dezembro 2021	64.247	659	12.521	-	77.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.128	3.128
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	156	-	(156)	-
Reserva de lucros	-	-	2.972	(2.972)	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	64.247	815	15.493	-	80.555
Saldos em 30 de junho 2022	64.247	659	12.176	-	77.082
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.473	3.473
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	156	-	(156)	-
Reserva de lucros	-	-	3.317	(3.317)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	64.247	815	15.493	-	80.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro do semestre/exercícios	3.473	3.128	579
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	38	699	5.260
Depreciação	30	60	93
Marcação à mercado de derivativos e hedge accounting	(517)	60	324
Imposto de renda passivo diferido	(7.295)	(17.126)	(4.980)
Ativo fiscal diferido	2.889	6.236	51
Lucro/Prejuízo ajustado	(1.382)	(6.943)	1.327
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(88.054)	(154.460)	(46.296)
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(87.253)	(163.347)	(37.199)
Outros ativos financeiros	1.145	9.834	(6.545)
Outros ativos	1.157	89	811
Ativos tributários correntes	(3.103)	(1.036)	(3.363)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	1.358	(6.796)	17.664
Instrumentos financeiros derivativos	(760)	(617)	8
Outros passivos financeiros	(2.073)	(11.663)	7.721
Outros passivos	640	890	474
Passivos tributários correntes	3.551	4.594	9.461
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(88.078)	(168.199)	(27.305)
Atividades de investimento			
Aquisição de bens de uso	-	-	(76)
Alienação de bens de uso	-	-	123
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-	-	47
Atividades de financiamento			
Depósitos Interfinanceiros	69.436	130.130	29.818
Empréstimos	25.675	44.343	(14.030)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	95.111	174.473	15.788
Aumento/(diminuição) de disponibilidades	7.033	6.274	(11.470)
Disponibilidades			
No início do semestre/exercícios	10.618	11.377	22.847
No fim do semestre/exercícios	17.651	17.651	11.377
Aumento/(diminuição) de disponibilidades	7.033	6.274	(11.470)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, a Instituição solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB n° 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23° da Resolução BCB n° 2/200 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram aprovadas pela administração em 29 de março de 2023.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações vigentes a partir de 1° de janeiro de 2022:

- (i) Resolução CMN n° 4.858 de 23/10/20 e Resolução BCB n° 92 de 6/5/2021 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif).
- (ii) Resolução CMN n° 4.872 de 27/11/20 e Resolução BCB n° 66 de 26/1/2021 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido.
- (iii) Resolução CMN n° 4.910 de 27/5/21 e Resolução BCB n° 130 de 20/8/2021 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente.

(iv) Resolução CMN nº 4.950 de 30/9/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial.

(v) Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/21 e Resolução BCB nº 120 de 27/2/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis.

(vi) Resolução CMN nº 4.968 de 25/11/21 (Revoga a Resolução CMN nº 2.544/98) - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

(vii) Resolução BCB nº 48 de 10/12/2020 (Revoga a Circular nº 3.365/2007 e altera a Circular nº 3.876/2018) - Dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB.

(viii) Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, os artigos 24, 76, 78 e inciso XIX do art. 80, e, a partir de 1º de janeiro de 2025, os demais dispositivos.

(ix) Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.192/13) - Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

(x) Resolução CMN nº 4.958 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.193/13) - Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

(xi) Resolução CMN nº 4.926 de 24/6/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

(xii) Resolução BCB Nº 111 de 6/7/21 - Dispõe sobre os critérios para a classificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária, sobre os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos de que tratava a Resolução revogada nº 4.193.

Vigentes a partir de 1º de julho de 2022 e 1º de dezembro de 2022:

(xiii) Resolução CMN nº 4.943 de 15/9/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

(xiv) Resolução CMN nº 4.945 de 15/9/21 - dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

(xv) Resolução BCB nº 235, de 27/07/22, altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 195, de 3 de março de 2022, que regulamenta o funcionamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no Banco Central do Brasil.

Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023:

- (i) Resolução BCB nº 151 de 06/10/21 Dispõe sobre a remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos de que tratam a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021.
- (ii) Resolução BCB nº 139 de 15/09/21 Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC).
- (iii) Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/21 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

A Resolução CMN nº 4.966 define o tratamento contábil aplicável a instrumentos financeiros e novos critérios para designação e reconhecimento de operações de hedge e deverá ser aplicada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025. A nova norma substituirá as Resoluções nº 2.682 e 3.533 e Circulares nº 3.068 e 3.082.

A nova norma determina que todos os ativos financeiros dever ser classificados conforme o modelo de negócio e em três opções de categoria: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

A avaliação de efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme estratégia de Gerenciamento de Risco.

A provisão para perdas de crédito passou a ser aplicável a todos os ativos financeiros e deve ter três estágios que serão definidos no reconhecimento inicial do instrumento.

Alguns aspectos da Resolução nº 4.966 ainda serão objeto de normas complementares do Banco Central do Brasil (Bacen) para seu maior detalhamento. Ainda carecem de regulamentação específica a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros e detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

O plano de implementação determinado pela Resolução nº 5.019 já foi produzido e aprovado pela Administração.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento.

b. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata die*” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08.

d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

e. Disponibilidades

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (*hedge*) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

f. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “*hedge*” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“*hedge*”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.

Hedge de Fluxo de Caixa – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “*hedge*” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período.

g. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços.

h. Operações de crédito e arrendamento mercantil

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do ratings iniciais dos clientes.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i. Imobilizado de uso

O Banco, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. espera utilizar o ativo.

j. Obrigações por empréstimos e depósitos interfinanceiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

As captações que são objeto de hedge de Risco de Mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável.

k. Imposto de renda e contribuição social

A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.
- A Instituição constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- A partir do primeiro semestre de 2020 a Instituição passou a constituir, quando aplicável, crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças

temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil.

- O Banco aplica as alíquotas de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social.

l. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

m. Resultado recorrente e não recorrente

O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é “a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares”. Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a administração considera que todo o seu resultado do 2º semestre de 2022 e os resultados dos exercícios de 2022 e de 2021 são oriundos de resultados recorrentes.

4 Disponibilidades

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	17.651	11.377
Saldo final	17.651	11.377

5 Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Indexador	Instrumento	Valor de referência	Diferencial a pagar/Valor contábil	31/12/2022		31/12/2021	
				Valor de Mercado		Posição Líquida	
			Posição Líquida	Ativo	Passivo	Posição Líquida	Posição Líquida
Euro x Pré	SWAP	39.857	610	1.436	(2.015)	(579)	(254)

b. **Hedge de Risco de Mercado**

Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como “Hedge” são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como “Hedge” de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado.

O “Hedge” é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de “Hedge” num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos “Hedges” é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses", contratou instrumento derivativo (SWAP - Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Item objeto de hedge		
Valor atualizado pelas condições contratuais	40.877	6.322
Valor de mercado	<u>40.073</u>	<u>6.400</u>
Valor do ajuste a mercado na rubrica “Obrigações por empréstimos”	<u>(804)</u>	<u>78</u>
Instrumentos de hedge		
Valor de mercado	579	254

6 **Carteira de crédito e arrendamento mercantil**

a) **Operações de crédito e arrendamento mercantil**

i) **Carteira por modalidade e prazo**

Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)	2.190	36.293	73.465	189.655	301.603	297.209
Operações de Crédito - CCB	744	22.352	37.258	165.874	226.228	76.246
Operações de Crédito - FINAME	<u>-</u>	<u>165</u>	<u>989</u>	<u>6.406</u>	<u>7.560</u>	<u>-</u>
Total	2.934	58.810	111.712	361.935	535.391	373.455

ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2022	31/12/2021
Indústria	676	31.676	68.565	238.489	339.406	229.477
Comércio	194	2.939	3.213	12.342	18.688	9.259
Serviços	2.064	24.195	39.934	111.104	177.297	134.719
Total	2.934	58.810	111.712	361.935	535.391	373.455

iii) Concentração de Crédito

	Valor	31/12/2022 % da Carteira	Valor	31/12/2021 % da Carteira
10 Maiores Devedores	86.789	17%	72.168	19%
20 Maiores Seguintes	98.123	18%	65.516	18%
Demais Devedores	350.479	65%	235.771	63%
Total	535.391	100%	373.455	100%

iv) Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	Valor	31/12/2022 % da Carteira	Valor	31/12/2021 % da Carteira
Contratos em reais prefixados	464.920	87%	304.652	82%
Contratos em euros prefixados	69.325	12%	65.770	17%
Contratos em reais pós-fixados	1.146	1%	3.033	1%
Total	535.391	100%	373.455	100%

v) Operações renegociadas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	2.325	18.528
Contratações	-	9.214
Recebimentos e apropriação de juros	(253)	(772)
Operações retornadas à situação normal	(1.578)	(24.645)
Baixa para prejuízo	(494)	-
Saldo final	-	2.325

O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamentos em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial.

b) Operações de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha “Operações de arrendamento mercantil” conforme requerimento da Resolução BCB n.o 2/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento Financeiro	301.603	297.209
Arrendamentos a Receber	286.671	277.976
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(285.372)	(276.445)
Valores Residuais a Realizar	75.943	70.525
Valores Residuais a Balancear	(75.943)	(70.525)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	624.877	606.767
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(214.455)	(207.183)
Superveniência de Depreciação	88.479	119.289
Credores por Antecipação de VRG	(198.597)	(223.195)
Amortização Acumulada – Perdas de Arrendamento	(4.525)	(1.130)
Perdas em Arrendamento a Amortizar	19.879	8.433
Insuficiência de Depreciações – Perdas de Arrendamento	(15.354)	(7.303)
	301.603	297.209
Total da Carteira de Arrendamento	301.603	297.209

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	395.214	(111.960)	283.254	356.132	(92.678)	263.454
Veículos	229.663	(102.495)	127.168	250.635	(114.505)	136.130
Superveniência de Depreciação	-	-	88.479	-	-	119.289
Insuficiência de Depreciação em Perdas em Arrendamento	-	-	(15.354)	-	-	(7.303)
Depreciação Perdas em Arrendamento a Amortizar	19.879	(4.525)	15.354	8.433	(1.130)	7.303
Total	644.756	(218.980)	498.901	615.200	(208.313)	518.873

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. A amortização das perdas de arrendamento é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do bem após o encerramento do contrato.

ii) Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	191.082	189.569
Veículos e afins	<u>110.521</u>	<u>107.640</u>
Total	301.603	297.209

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	31/12/2022 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2021 Valor da Provisão
AA	0,0%	197.372	-	167.668	-
A	0,5%	298.577	1.493	160.081	800
B	1,0%	6.319	63	10.973	110
C	3,0%	3.038	91	3.269	98
D	10,0%	26.944	2.694	23.854	2.385
E	30,0%	555	167	3.185	956
F	50,0%	-	-	1.953	976
G	70,0%	164	115	132	92
H	100,0%	<u>2.422</u>	<u>2.422</u>	<u>2.340</u>	<u>2.340</u>
Total		535.391	7.045	373.455	7.757

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial (31/12/2021 e 31/12/2020)	7.757	3.230
Constituição Líquida de provisão	699	5.260
Créditos baixados para prejuízo	<u>(1.411)</u>	<u>(733)</u>
Saldo Final	7.045	7.757

No exercício houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no montante de R\$ 194 (R\$ 0 em 2021).

8 Outros ativos financeiros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos relacionados a contratos de arrendamento mercantil (a)	<u>997</u>	<u>10.831</u>
Total	<u>997</u>	<u>10.831</u>
Curto Prazo	<u>997</u>	<u>10.831</u>

(a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

9 Imobilizado de uso

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Móveis e Equipamentos	26	(17)	9	26	(14)	12
Equipamentos de Informática	381	(282)	99	381	(225)	156
Software	289	(289)	-	289	(289)	-
Total	696	(588)	108	696	(528)	168

10 Outros ativos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG – Comissões a Receber	96	-
Locadora DL do Brasil – reembolso despesas compartilhadas	-	86
Antecipação de férias	-	9
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Serviços Prestados a Receber	-	127
Parcela de obrigações por empréstimos a Baixar	52	-
Diferença de ptax a receber	40	47
Outros	18	26
Total	206	295
Curto Prazo	206	295

11 Depósitos Interfinanceiros

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Depósitos Interfinanceiros	26.031	78.094	75.126	179.251	49.121
Total	26.031	78.094	75.126	179.251	49.121

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 13,43% a.a. (9,60% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em novembro 2027 (novembro de 2025 em 31/12/2021).

12 Obrigações por empréstimos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Empréstimos - No País (a)	16.765	50.296	106.354	173.415	165.737
Empréstimos - No Exterior (b)	8.768	26.304	71.267	106.339	69.674
Marcação a Mercado Objeto de Hedge (vide nota 5b)	(804)	-	-	(804)	78
Total	24.729	76.600	177.621	278.950	235.489

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,28% a.a. (9,50% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em junho de 2028 (dezembro de 2026 em 31/12/2021). As captações indexadas ao CDI

são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,40% a.a. (1,47% a.a. em 31/12/2021), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (abril de 2024 em 31/12/2021).

- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em novembro de 2027 (dezembro de 2026 em 31/12/2021).

13 Outros passivos financeiros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	1.131	11.062
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil (a)	3.320	5.052
Total	4.451	16.114
Curto Prazo	4.451	16.114

- (a) Valor recebidos antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14 Outros passivos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com Pessoal	3.238	2.186
Serviços de terceiros	211	102
Pagamento a processar	-	271
Total	3.449	2.559
Curto Prazo	3.449	2.559

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social está representado por 64.246.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Acionista	Participação %	Nro. ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG	95	61.034.636	61.035
Deutsche Leasing Global GmbH	5	3.212.350	3.212
Total	100	64.246.986	64.247

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das reservas de lucros era de R\$ 16.308 (31/12/2021 – R\$ 13.180).

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve distribuição de dividendos.

16 Tributos

a) Ativos Fiscais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a compensar	527	1.034
Antecipação de Imposto de Renda	2.250	1.467
Antecipação de Contribuição Social	2.650	1.890
Créditos Tributários (16c)	42.656	48.892
Total	48.083	53.283
Curto Prazo	23.559	10.242
Longo Prazo	24.524	43.041

b) Passivos fiscais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Imposto de Renda Diferido (16c)	33.268	50.394
Provisão para impostos correntes	14.228	6.704
Impostos e contribuições sobre salários	315	323
COFINS a Pagar	52	113
ISS a Pagar	185	3.101
Outros	108	53
Total	48.156	60.688
Curto Prazo	32.806	12.452
Longo Prazo	15.350	48.236

c) Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

	2022		2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Corrente				
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	5.873	5.873	2.354	2.354
Exclusão da superveniência de depreciação	38.861	38.861	11.068	11.068
Resultado não realizado de derivativos	60	60	324	324

Outras adições temporárias	(679)	(679)	143	143
Outras adições não temporárias	134	134	75	75
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	12	5.260	5.260
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	44.261	44.261	19.224	19.224
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(13.278)	(13.278)	(5.767)	(5.767)
Base tributária	30.983	30.983	13.457	13.457
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.722	6.506	3.340	3.364

As movimentações podem ser observadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2022	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Créditos tributários							
Prejuízo fiscal originado pela superveniência	44.189	-	3.626	40.563		7.657	32.906
Prejuízo fiscal	-	466	-	466	2.475		2.941
Base negativa de Contribuição Social	-	386	-	386	1.980		2.366
Provisões associadas ao risco de crédito	3.833	-	679	3.154	343		3.497
Provisões passivas	724	126		850		439	411
Marcação a mercado	146	-	20	126	409		535
Total	48.892	978	4.325	45.545	5.207	8.096	42.656
Obrigações fiscais diferidas							
Sobre superveniência	(50.394)	-	(9.831)	(40.563)		(7.657)	(32.906)

Sobre marcação a mercado	-	-	-	-	(362)	(362)
Total	(50.394)	-	(9.831)	(40.563)	(362)	(7.657)
					(33.268)	

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pela instituição e demonstrada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2023	18.132	16.917
2024	10.946	8.890
2025	4.191	2.963
2026	4.594	2.827
2027	3.838	2.056
2028	956	417
Total	42.656	34.070

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Transações com partes relacionadas

As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição:

Descrição	<u>Ativos/(Passivos)</u>		<u>Receitas/(Despesas)</u>		
	31/12/2022	31/12/2021	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações Por Empréstimo no Exterior					
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 12)	(106.339)	(69.674)	(2.453)	6.619	(170)
Outros Ativos					
Locadora DL do Brasil (nota 10)	-	86	-	-	952
Deutsche Sparkassen Leasing AG &Co KG	96	127	1.391	1.774	1.779
Deutsche Leasing Finance GmbH	-	-	203	1.157	1.284
Deutsche Leasing USA Inc	-	-	-	474	-

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 3.596 em 2022 (R\$ 2.870 em 2021).

18 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de crédito e operações de arrendamento mercantil

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento financeiro e operações de crédito	31.472	45.332	35.844
Outras despesas de arrendamento	(275)	(406)	(150)
Total	31.197	44.926	35.694

b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	11	24	35
Total	11	24	35

c. Resultado de captação

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com obrigações por empréstimos	(14.380)	(14.044)	(13.016)
Resultado com depósitos interfinanceiros	(10.010)	(15.298)	(3.035)
Total	(24.390)	(29.342)	(16.051)

d. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com Operações com Derivativos	2.474	2.202	(254)
Total	2.474	2.202	(254)

e. Receita de prestação de serviços

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestadas a ligadas (a)	1.594	3.406	3.063
Taxa de abertura de crédito	178	392	375
Outros	5	7	-
Total	1.777	3.805	3.438

- (a) Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17).

f. Despesas com pessoal

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Salários	1.902	3.727	3.249
Bônus	1.697	3.806	2.567
Encargos trabalhistas	797	1.616	1.557
Férias e 13.o salário	457	863	820
Assistência Médica e Odontológica	516	1.009	714
Seleção e treinamento	28	65	54
Outras despesas de pessoal	379	674	482
Total	5.776	11.760	9.443

g. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis e Condomínio	208	432	281
Manutenção e conservação predial	32	67	134
Processamento de dados	709	1.391	928
Serviços do sistema financeiro	184	354	307
Serviços de terceiros	800	1.101	346
Serviços técnicos especializados	926	1.728	1.549
Despesas de transportes	64	127	37
Despesas com publicações	26	55	55
Despesas com viagens	226	421	9
Despesas com telefonia	69	148	143
Manutenção e conservação de equipamentos	98	204	446
Contribuição entidade de classe	28	95	123
Outras despesas administrativas	216	295	337
Total	3.586	6.418	4.695

h. Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
ISS	1.390	4.000	4.822
PIS	79	144	156
COFINS	482	887	958
Total	1.951	5.031	5.936

i. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
-----------	-------------	------------	------------

Ressarcimento de despesas	110	110	1.109
Descontos obtidos	394	443	1.264
Reversão de provisão de Bônus	776	1.654	1.564
Reversão de provisão de auditoria	278	278	247
Reversão de provisão de ISS (a)	4.532	4.532	-
Recuperação de crédito	194	194	-
Receita de multas contratuais	745	1.177	393
Outras	120	196	537
Total	7.149	8.584	5.114

(a) Com base em opinião de especialistas a administração entendeu não ser necessária a provisão do ISS por Município até que haja decisão final da ação que está sendo julgada no Superior Tribunal Federal.

19 Outras informações

- a.** Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- b.** A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 10,5% (2021 – 10%). O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de 13,17% para o índice básico e 13,14% para o índice amplo; em 31 de dezembro de 2021 os índices eram de 18,28% e 17,16% respectivamente.
- c.** A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são realizadas em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:
- c.1) Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 4.577/2017, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.
- c.2) Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria,

sendo revistos em bases anuais.

c.2.1) Análise de sensibilidade: O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para as datas-base em questão os impactos seriam:

<u>Fator de risco</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>+ 50 bps</u>	<u>+ 100 bps</u>	<u>+50 bps</u>	<u>+100 bps</u>
Taxa de juros em reais	(585)	(1.169)	(528)	(1.056)
Cupons de moeda estrangeira	(2)	(3)	(50)	(101)

c.2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco decidiu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 4.557/2017 para o teste de estresse, em especial o contido no Art 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

<u>Fator de risco</u>	<u>Capital alocável</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxas de juros em reais	1.761	1.172
Cupom de moeda estrangeira	1.020	985

c.2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros).

c.3) Riscos de Liquidez: A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.

c.4) Riscos de Crédito: De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de

crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.

- d.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

- e.** O Banco, seus clientes e parceiros foram afetados indistintamente pela pandemia causada pelo COVID-19 durante os anos de 2021 e 2020. O Banco conseguiu adaptar sua operação de forma a garantir a proteção de seus colaboradores e a continuidade dos negócios, operando basicamente de forma remota. Os impactos observados nos negócios foram as esperadas redução nos volumes de novos contratos e dificuldade por parte de alguns clientes em honrar os seus compromissos. Os reflexos dessa situação podem ser observados nas demonstrações financeiras para o exercício de 2021 através do aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e o surgimento de uma carteira de operações renegociadas (vide nota 6), sem que isso, no entanto, se refletisse em perdas relevantes graças à rápida atuação da administração junto aos clientes e parceiros, visando identificar alternativas que possibilitassem o enfrentamento das dificuldades momentâneas. Para o ano de 2022 verificamos a retomada de novas operações e uma volta à normalidade por parte das provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

Os eventos subsequentes correspondem à aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Concluimos que não houve eventos subsequentes relevantes até a emissão das demonstrações financeiras.

* * *

Marcelo Festucia
Diretor Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto
Contador
CRC 1SP143431/O-3